

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE**  
**SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS**  
**CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E ADMINISTRAÇÃO**

**ATA 019**

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e dez, às oito horas, reuniu-se ordinariamente o Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração, sob a presidência do Prof. Dr. João Carlos Brahm Cousin, com a presença dos seguintes membros: Adriana Dora da Fonseca, Adriana Kivanski de Senna, Ana Furlong Antochevis, Ana Luiza Muccillo-Baisch, Artur Emilio Alarcon Vaz, Attila Louzada Júnior, Carlos Alberto Eiras Garcia, Carolina Veloso Costa, Celso Luis Sá Carvalho, Celso Luiz Lopes Rodrigues, Cleuza Maria Sobral Dias, Danilo Giroldo, Darlene Torrada Pereira, Ernesto Luiz Casares Pinto, Ernesto Luiz Gomes Alquati, Joaquim Vaz, Luiz Alberto Oliveira Rocha, Luiz Bessouat Laurino, Marcos Antonio Satte do Amarante, Maria José Martins Chaplin, Maurício Magalhães Mata, Mozart Tavares Martins Filho, Nelson Lopes Duarte Filho, Nelson Monteiro Rangel, Péricles Antônio Fernandes Gonçalves, Raquel da Silveira, Raul Guilherme Goulart de Andrade, Rhandersen Luís da Rosa Góes, Rodrigo Desessards Jardim, Sandra Crippa Brandão e Silvana Maria Bellé Zasso. A secretária, a pedido do Senhor Presidente, registrou a presença dos substitutos, indicando o motivo da substituição: Ioni Gonçalves Colares, vice-diretora do ICB (diretor afastado a serviço da Universidade), Ronaldo Piccioni Teixeira, representando a Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (titular afastado em licença-saúde), Marcos Cardozo Rodriguez, vice-diretor do IMEF (titular afastada em licença-saúde), Luisa da Mata Lehn, representante dos servidores técnico-administrativos em educação, suplente de Rosaura Alves da Conceição (titular afastada a serviço na Universidade); Paulo Ricardo Opuszka, representando a 4ª Câmara (titular e suplente afastados a serviço da Universidade). Justificaram a ausência os conselheiros: João Sarkis Yunes, representante docente titular (afastado a serviço da Universidade) e Virgínia Maria Tavano Garcia, representante docente suplente (afastada a serviço na Universidade), Renato Duro Dias e Artur Roberto de Oliveira Gibbon (representantes titular e suplente, respectivamente, da 1ª Câmara) afastados por motivo de força maior, e Soledad Bech Gaivizzo, representante dos servidores técnico-administrativos em educação (afastada em licença-saúde). Ausentes: Eduardo Carvalho Pereira, Fátima Cristina da Silva Oliveira, Karen Barañano Souza, Maura Dumont Huttner e Rafael Martins Pinheiro. Participou da reunião na condição de convidado Cezar Augusto Burkert Bastos, relator do processo constante do item três da ordem do dia. Iniciando a reunião, o Senhor Presidente colocou em discussão a ordem do dia, conforme segue: **1º) Aprovação da ata nº 018** – Tendo em vista que a ata fora disponibilizada antecipadamente aos conselheiros, o Senhor Presidente perguntou aos presentes se havia alguma manifestação a esse respeito; não havendo, a ata nº 018 foi colocada em votação e aprovada por unanimidade; **2º) Indicação do Cons. João Carlos Brahm Cousin – Homologação do Ato Executivo 005/2010, que declarou luto oficial na FURG** – O Ato Executivo 005/2010, emitido em nove de abril de dois mil e dez, declarou luto oficial na FURG por motivo de falecimento do servidor aposentado Pedro Siedersberger, ocorrido em nove de abril de dois mil e dez. A indicação foi lida pelo autor. Após a leitura, o Senhor Presidente colocou o assunto em discussão. Não havendo manifestações a esse respeito, o Senhor Presidente colocou a indicação em votação, tendo sido aprovada por unanimidade; **3º) Proc. 001909/10-63 – Proposta de distribuição orçamentária para 2010.** O processo teve como relator o Cons. Cezar Bastos, que destacou: o aumento de gastos com pessoal (em 22,4%), retratando o aumento no quadro funcional de Universidade; o significativo aumento de recursos para a rubrica Outras Atividades (em 57%), contemplando, entre outras, a assistência estudantil (com recursos elevados em 217%) e, com particular destaque, o funcionamento dos cursos de graduação, com aporte de 23,1% maior, e a destinação orçamentária maior em 13,6% para as Unidades Acadêmicas, visando a atender às novas demandas emergentes com a execução das ações pactuadas no projeto REUNI. Saliou, em relação ao REUNI, o significativo aumento na área construída da Universidade, o que justifica o aumento no aporte de recursos para manutenção predial e promoção de melhorias na infraestrutura dos campi.

Mencionou os novos programas que passaram a compor o orçamento da Universidade, como o Programa de Incentivo à Inovação no Ensino de Graduação e o Programa de Saúde e Segurança no Trabalho, assim como rubrica orçamentária como ação específica para pesquisa, alocada na PROESP. Destacou a alocação de recursos para manutenção dos campi fora de Rio Grande e do Biotério, assim como recursos específicos para a FURG TV e FURG FM. Observou aumentos significativos nos valores alocados para desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e como fundo de reserva. Concluiu seu relatório votando por aprovar a proposta de Distribuição do Orçamento Interno 2010. A Câmara aprovou o voto do relator. Após a leitura, o Senhor Presidente cumprimentou o relator pela objetividade e clareza do relatório e passou a palavra ao Cons. Mozart que fez referência a alguns tópicos do relatório. Explicou que os recursos alocados em Assistência Médica e Odontológica visam possibilitar que sejam realizados exames periódicos nos servidores; que o Hospital Universitário não mais receberá aportes por descentralização, pois está contemplado na proposta orçamentária; que o valor incluído para a pesquisa, embora pequeno, é o início de um processo; que o recurso constante para despesas de manutenção, pelo aumento da área física e de pessoal, o que acarretará maior gasto com limpeza, telefonia, energia elétrica, água e pessoal de portaria e vigilância, terá que ser complementado com recursos do REUNI; que o aumento dos recursos destinados às Unidades Acadêmicas é resultante de ter sido considerado todo o ano de dois mil e nove para a realização do orçamento de dois mil e dez; que os recursos alocados no Plano de Saúde justificam-se por ser o Plano gerenciado por uma cooperativa para a qual o recolhimento de tributos é específico. Ressaltou a criação do Programa de Saúde e Segurança do Trabalho e o crescimento dos cursos de capacitação para os servidores, e que o CAIC, depois de mais de dez anos, tem o projeto “Acreditar é Investir” incluído no orçamento da Universidade. Também enfatizou a necessidade de o Biotério constar da proposta orçamentária e a FURG TV e a FURG FM, que trabalhavam com projetos junto à FAURG e constantemente eram alvos do TCU e CGU, hoje trabalham com empresas contratadas, mas para as demais despesas precisam recorrer à PROEXC. Encerrou sua fala informando que, com relação aos recursos destinados ao Campus de São Lourenço do Sul e Santo Antônio da Patrulha, os valores ainda não são representativos das despesas advindas dos pólos, mas que, para o orçamento de dois mil e onze, já será possível ter um controle efetivo da necessidade para a manutenção de cada campi. O Cons. Nelson Duarte Filho disse estar entusiasmado pelo empreendimento do Oceanário e sentir-se um tanto constrangido em apresentar a observação e questionamento que, na condição de conselheiro, entendia ter a obrigação de realizar. Então discorreu sobre a necessidade do tema como um todo ser tratado no Conselho, pelo menos no âmbito das atribuições desse órgão, e, especificamente no que dizia respeito ao assunto em pauta, perguntou sobre a existência de alguma avaliação prevendo o impacto que o Oceanário irá produzir nos futuros orçamentos da Universidade. O Senhor Presidente relatou que desde que foi dada visibilidade ao projeto do Oceanário se ouve questionar que existindo tantos problemas no município como falta de saneamento básico, a precariedade do atendimento à saúde e das ruas do balneário, a Universidade esteja pensando em instalar um Oceanário no Cassino. Isso mostra um pouco o desconhecimento das pessoas sobre a função da Universidade e como ela consegue apoio para alguns projetos especiais, neste caso diretamente do MEC. Disse que muitas vezes, na luta por implantação de projetos, consegue-se sensibilizar as pessoas por uns e não por outros; que o projeto do Oceanário é um entre tantos outros que, depois de muitos anos, em dois mil e oito obteve êxito. Disse ser de reconhecida importância para o desenvolvimento de nossa região o projeto do Oceanário Brasil, cujo projeto executivo será apresentado com detalhamento e cuja implantação trará espaços multidisciplinares; destacou o auxílio que vem sendo dado por professores de diversas Unidades Acadêmicas, dentre elas, o Instituto de Oceanografia, Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Instituto de Ciências Biológicas e a Escola de Engenharia. Concluiu dizendo que, com relação ao impacto no orçamento da Universidade, foi um ganho o MEC ter concordado que o recurso destinado ao Oceanário fosse um recurso extra, sem impactar a matriz orçamentária; que abrir uma janela numa matriz orçamentária é uma luta muito grande; que deverá ser definida posteriormente a forma de manutenção e gestão, certamente entrando na destinação de recursos de outras fontes na Universidade. O Cons. Celso Rodrigues indagou sobre a propriedade de o valor referente ao Oceanário estar contido na rubrica Manutenção da Graduação. O Cons. Mozart esclareceu que é ação de governo; que o MEC enquadra recursos como esse em manutenção da

graduação. O Cons. Carlos Garcia disse desconhecer, como diretor do Instituto de Oceanografia, auxílio prestado para o projeto do Oceanário, que deve ser iniciativa espontânea de alguns docentes. O Senhor Presidente informou que, desde a criação do Pólo Sul da Amazônia Azul, docentes do Instituto de Oceanografia e de outras unidades têm se envolvido na construção desse trabalho, e que o chefe do Departamento de Oceanografia, à época, estava ciente. Não havendo mais manifestações a respeito do assunto em pauta, o relatório foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. 4º) **Proc. 007350/2009-41 – Alteração das deliberações 009/2008 e 083/2008 do CODEP.** O processo teve como relator o Cons. João Vieira. A Cons. Cleusa Dias, presidente da sexta câmara, fez a leitura em plenário. No relatório foi ressaltada a necessidade de alteração nas deliberações do CODEP de números nove e oitenta e três, do ano de dois mil e oito, com o intuito de tornar mais claras e precisas as relações entre as fundações de apoio e a Universidade e corrigir os pontos criticados no Acórdão nº 1829/2009 do TCU. Foi informado que, em reunião, a Câmara sugeriu as seguintes alterações na deliberação 083/2008 - CODEP: capítulo I – Art. 1º, parágrafo 1º, onde se lê “para os efeitos desta Deliberação, Unidades Executoras incluem as Unidades Educacionais, as Unidades Administrativas e ou órgãos suplementares” sugeriu o texto “para os efeitos desta Deliberação, Unidades Executoras incluem as Unidades Educacionais, as Unidades Administrativas e ou órgãos vinculados”; capítulo V, cujo título era “Dos ressarcimentos e do fundo de apoio à Universidade”, foi sugerido que fique apenas “Dos ressarcimentos”; Capítulo V, art. 9º, parágrafo 4º, onde se lê “A isenção total ou parcial dos valores de ressarcimento à Fundação de Apoio, mediante justificativa, deverá ser objeto de autorização do Conselho Deliberativo da FAURG” a proposta é que seja alterado para “A isenção total ou parcial dos valores de ressarcimento à Fundação de Apoio, mediante justificativa, deverá ser objeto de autorização do Conselho Deliberativo da Fundação de Apoio”. Encerrou votando pela aprovação de alteração das deliberações 083/2008 e 009/2008 com as alterações do texto propostas pela Câmara. A Câmara aprovou o voto de relator e, considerando que as alterações restringem-se às exigências emanadas dos órgãos de controle, sugeriu um estudo mais aprofundado das deliberações que regem as relações entre a FURG e suas fundações de apoio. Após a leitura, o Cons. Ernesto Casares Pinto disse que este assunto está na pauta do Conselho há bastante tempo, tendo em vista os constantes questionamentos feitos pela CGU e TCU. Lembrou que no ano de dois mil e cinco foi estabelecido processo de negociação para encontrar pontos de convergência e que, nas divergências, são realizadas discussões e estabelecidos ajustes. Destacou que a alteração na deliberação número nove consta no voto do relator e da Câmara, mas não foi encaminhada ao plenário, sendo que as alterações são adequações à deliberação 83/2008 do CODEP e à portaria interministerial número 475, de quatorze de abril de dois mil e oito (MEC e MCT), como, por exemplo, no artigo primeiro, inciso II, passando a redação para “Pelo menos um terço dos integrantes do órgão deliberativo superior designados pelo Conselho Universitário”; procedimento que já vem sendo adotado desde o ano de dois mil e nove. Com referência à deliberação de número oitenta e três, as alterações tornaram-se necessárias no capítulo V, onde deve ser suprimido “e do fundo de apoio à Universidade”; no artigo nono, inciso III não é taxa e sim custos administrativos e operacionais, estabelecendo um valor percentual mínimo e um máximo, pois não pode ser um percentual fixo. Após discussão entre os conselheiros Joaquim, Attila, Ernesto Alquati, Marcos Amarante, Cousin, Ernesto Pinto e Prof. César Bastos, ficou definido pela manutenção, no artigo nove, do parágrafo terceiro com a seguinte redação “A isenção total ou parcial do ressarcimento à(s) Unidade(s) diretamente envolvida(s), mediante justificativa, deverá ser objeto de autorização do(s) conselho(s) da(s) respectiva(s) Unidade(s) Executora(s)”. O Cons. Artur sugeriu e foi acatado que, no artigo dez, em vez de “um mês” seja escrito “trinta dias” e em substituição a “seis meses”, conste “cento e oitenta dias”. O Cons. Luiz Rocha solicitou que seja verificada a possibilidade de a organização de eventos ficar isenta, não se caracterizando como prestação de serviços. O Cons. Ernesto Pinto lembrou que a Câmara sugeriu a realização de um estudo mais aprofundado e que a solicitação do conselheiro deverá ser discutida. A Cons. Adriana externou sua preocupação quanto à tramitação para ressarcimento que pode levar mais de seis meses. O Cons. Ernesto Pinto informou que o recurso não desaparece, ele retorna para a Unidade em conta específica na Universidade. Não havendo mais manifestações a esse respeito, o voto da câmara foi colocado em votação e aprovado, com as alterações sugeridas pelo plenário, por unanimidade. 5º) **Assuntos gerais** – O Senhor Presidente comunicou que a partir do dia dez de maio entrará em

funcionamento o novo serviço de apoio à manutenção da informática da Universidade. A empresa contratada para a execução do serviço terá disponibilizado um espaço no Campus Carreiros e outro no Campus Cidade para atendimento de manutenção técnica; oportunamente serão divulgados os telefones para contato. A terceirização objetiva agilidade; o atendimento poderá ser efetuado na própria unidade; a administração da Universidade espera que haja uma significativa melhora no atendimento e solicita que sejam encaminhados relatórios para a PROINFRA. A Cons. Adriana disse estar enfrentando dificuldades com relação a infraestrutura para os concursos especificamente quanto à falta de salas e gravadores. A Cons. Cleusa informou que está sendo feito um estudo de verificação de espaços disponíveis e que recentemente foram adquiridos vinte e cinco gravadores, e que está em curso um levantamento da necessidade de novas aquisições. O Senhor Presidente solicitou aos diretores das unidades que orientem as bancas dos concursos no atendimento de todas as normas estabelecidas pela Instituição para os concursos públicos. O Cons. Celso Rodrigues manifestou sua inconformidade com a incumbência que está sendo dada aos coordenadores de curso de se responsabilizarem pela validação de relatórios e até pela efetividade dos alunos bolsistas de permanência, quando, na sua opinião, isso deve ser função dos responsáveis pelos projetos em que os estudantes trabalham a título dessa bolsa, pois são essas pessoas que têm condições de atestar a presença e a qualidade do trabalho realizado, ainda mais que os coordenadores não têm qualquer participação na definição de tais projetos, nem mesmo precisam ter qualquer ligação com o curso, e nesse caso as coordenações não têm conhecimento de quais atividades os alunos estão realizando. A Cons. Cleusa informou que acontecerá uma reunião com os pró-reitores da PROEXC, PRAE e PROGRAD que definirá o funcionamento das bolsas de assistência. O Cons. Laurino disse que a bolsa-trabalho é vinculada a um projeto, que é complementar à formação do acadêmico e que o coordenador deve, ao menos, saber a que projeto o aluno está vinculado. O Cons. Mozart informou a transferência para o Campus Carreiros da SAFC e da SAMP, consolidando assim a PROPLAD no Campus Carreiros. O Cons. Maurício relatou estar encontrando dificuldade de acesso aos atos normativos na página da Secretaria Executiva dos Conselhos. O Cons. Rangel externou sua preocupação com a homologação dos candidatos inscritos nos concursos públicos, já que para a inscrição não é exigida a comprovação das informações e que pessoas têm feito a inscrição sem ter a titulação mínima exigida. O Cons. Joaquim relatou que, na Escola de Engenharia dois candidatos nem sequer tinham a graduação na área estabelecida no edital e que, após toda a estruturação do concurso, foi verificado que os candidatos não estavam habilitados. O Senhor Presidente lembrou aos conselheiros que os editais seguem normas legais, que a Instituição, ao lançar os editais, está cumprindo a legislação em vigor. O Cons. Attila perguntou quando será realizado o seminário com os novos administradores. O Senhor Presidente informou que a PROGEP está tratando do assunto e que provavelmente ocorrerá na segunda quinzena de maio. O Cons. Marcos Amarante informou que na próxima terça-feira será assinada a escritura do terreno para expansão do Campus de Santo Antônio da Patrulha. O Cons. Ernesto Alquati discorreu sobre a aprovação para a construção de um campus tecnológico em Santo Antônio da Patrulha. A Cons. Ana Baisch relatou sua preocupação com a chegada do inverno e conseqüentemente o aumento da incidência da Gripe H1N1 e a falta de álcool-gel no Campus da Saúde. A Cons. Darlene informou a abertura até o dia seis de maio do Edital PROEXC 2010 para projetos a serem executados em dois mil e onze e que nove ministérios envolvidos necessitam de avaliadores *ad hoc*. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, com a concordância do plenário, informou que a ata será disponibilizada a todos para apreciação e aprovação em próxima oportunidade, e encerrou a reunião, da qual foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Rosaura Alves da Conceição, que secretariei a reunião.

Prof. Dr. João Carlos Brahm Cousin  
PRESIDENTE DO COEPEA

Rosaura Alves da Conceição  
SECRETÁRIA